

**CAMPANHA
EM DEFESA DA PAZ
E CONTRA
A CIMEIRA DA NATO
EM PORTUGAL**

**PAZ
SIM!** | **NATO
NÃO!**

A NATO não é bem-vinda em Portugal

A Campanha «Paz Sim! NATO Não!», que congrega já mais de 100 organizações nacionais, tem como reclamações centrais a retirada das forças portuguesas envolvidas em missões da NATO; a extinção das bases militares estrangeiras e das instalações da NATO em Portugal; a recusa da militarização da União Europeia como pilar europeu da NATO; e a efectiva realização de uma política externa em consonância com os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Carta das Nações Unidas. A NATO, que realiza uma cimeira em Lisboa em Novembro, não é bem-vinda em Portugal!

13 MIL
PESSOAS
ASSINARAM
A PETIÇÃO
CONTRA
A CIMEIRA
DA NATO
EM PORTUGAL
E SEUS
OBJECTIVOS

20 Novembro Manifestação Lisboa



Mais de 250 jovens presentes
**Acampamento
da Juventude
em Avis**



No âmbito da campanha, realizou-se, entre 23 e 25 de Julho um acampamento juvenil na Albufeira do Maranhão, concelho de Avis, promovido pelo Comité Nacional Preparatório do 17.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Participa!

www.pazsimnatonao.org/campanha@pazsimnatonao.org

Campanha «Paz Sim! NATO Não!» surgiu em Janeiro

Sempre a crescer

A Campanha «Paz Sim! NATO Não!» nasceu no dia 23 de Janeiro, na sequência de uma reunião de organizações realizada em Lisboa. A sua primeira acção de rua realizou-se dois dias depois.

Realizada na sede da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, a reunião envolveu 40 organizações. Da reu-

nião saiu a determinação de tudo fazer para não deixar passar em claro os objectivos de domínio planetário da NATO. Nascia, assim, a Campanha «Paz Sim! NATO Não!». Os seus objectivos ficaram definidos, sendo o principal a criação de um amplo movimento que dê

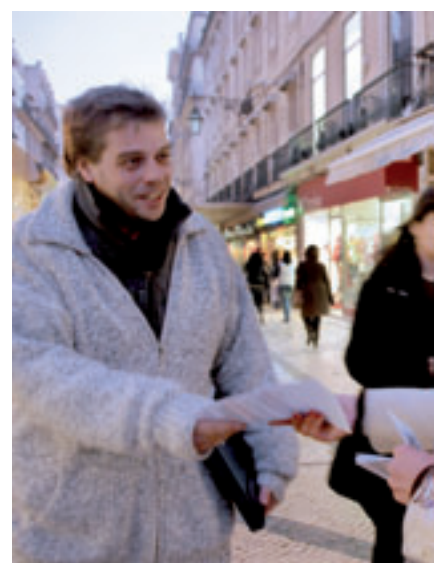
expressão à rejeição da realização da Cimeira daquela organização em Portugal em Novembro e dos seus objectivos. Apenas dois dias depois, teve lugar a primeira acção de rua – realizada no dia em que partia para o Afeganistão um novo contingente português.

Já aderiram à campanha mais de 100 organizações

Numa distribuição de folhetos em Lisboa, na qual estiveram envolvidos dezenas de activistas da campanha, foi repudiado o envio de tropas e reafirmada a necessidade urgente de Portugal levar

a cabo uma política que defenda a solução pacífica dos conflitos, o respeito pelas soberanias nacionais, o desarmamento e a dissolução dos blocos político-militares.

No folheto distribuído afirmava-se que a guerra que se trava no Afeganistão visa a ocupação de uma zona geoestratégica de interesse fundamental para os EUA e seus aliados. Tanto assim é que hoje o Afeganistão está transformado numa grande base militar ao serviço dos EUA e da NATO.



Dois dias depois de ser criada, a Campanha «Paz Sim! NATO Não!» veio para a rua, protestar contra o envio de tropas para o Afeganistão

Promotores

A Campanha não parou de crescer desde Janeiro e, em finais de Junho, eram 104 as organizações que a integravam.

A Voz do Operário; Arruaça – Associação Juvenil; Associação Água Pública; Associação Cultural Recreativa Vale de Estacas; Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa; Associação das Colectividades do Concelho de Loures; Associação das Colectividades do Concelho do Seixal; Associação de Agricultores do Distrito de Lisboa; Associação de Amizade Portugal-Cuba; Associação de Estudantes da Escola Secundária Dr. José Afonso – Seixal; Associação de Estudantes da Escola Secundária Emídio Navarro – Almada; Associação de Estudantes da Escola Secundária Gil Vicente – Almada; Associação de Estudantes da Escola Superior de Arte e Design – Caldas da Rainha; Associação de Reencontro dos Emigrantes; Associação de Solidariedade com o País Basco; Associação dos Inquilinos Lisbonenses; Associação Iniciativa Jovem; Associação Portuguesa de Amizade e Cooperação Lúri Gagárin; Associação Recreativa e Cultural de Músicos; Casa do Alentejo; Centro de Apoio a Idosos de Moreanes; Clube Desportivo «Os Águias» de Alpiarça; Clube Estefânia; Clube Recreativo União Raposense; Colectivo Mumia Abu-Jamal; Colectivo Socialismo Revolucionário; Comissão de Moradores do Alto Seixalinho; Comité Nacional Preparatório português do 17º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional; Confederação Nacional da Agricultura; Confederação Nacional de Reformados Pensionistas e Idosos; Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos; Conselho Português para a Paz e Cooperação; Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa; Direcção Regional de Setúbal do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local; Ecolojovem – Os Verdes; Escola de Mulheres – Oficina de Teatro; Escolas do Desportivo da Cova da Piedade; Escutismo Alternativo; Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal; Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgica, Química, Farmacêutica, Eléctrica, Energia e Minas; Federação Nacional dos Professores; Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública; Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro; Frente Anti-Racista; Grupo Desportivo Recreativo das Figueiras; Grupo Recreativo Apelaçonnense; Grupo Sportivo Adicense; Grupo União Lebreense; Inter-Reformados; Interjovem; Juventude Comunista Portuguesa; Liga dos Amigos da Mina de São Domingos; Movimento de Utentes dos Serviços Públicos; Movimento Democrático de Mulheres; Os Penicheiros; Os Pioneiros de Portugal; Partido Comunista Português; Partido Ecológico «Os Verdes»; Partido Humanista; Planeta Azul – Associação Ecológica Alternativa; Política Operária; Projecto Ruído – Associação Juvenil; Sindicato da Cerâmica do Sul; Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul; Sindicato dos Enfermeiros Portugueses Direcção Regional de Coimbra; Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Leiria, Santarém e Castelo Branco; Sindicato dos Professores da Região Centro; Sindicato dos Trabalhadores Cívicos das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa; Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos; Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira; Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul; Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa; Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal; Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal; Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa; Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa; Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul; Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local; Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos; Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário; Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações; Sociedade Filarmónica União Artística Piedense; Teatro Fórum de Moura; Trevim Cooperativa Editora e de promoção Cultural; Tribunal Iraque (Audiência Portuguesa do Tribunal Mundial sobre o Iraque); União de Resistentes Antifascistas Portugueses; União dos Sindicatos de Aveiro; União dos Sindicatos de Braga; União dos Sindicatos de Castelo Branco; União dos Sindicatos de Lisboa; União dos Sindicatos de Santarém; União dos Sindicatos de Setúbal; União dos Sindicatos do Algarve; União dos Sindicatos do Distrito de Beja; União dos Sindicatos do Norte Alentejano; União dos Sindicatos do Porto; União Local de Sindicatos de Sines, Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal; Universidade Popular do Porto.

Unidade de princípios

O apelo lançado às organizações para que se juntem à campanha expressa, como nenhum outro, as razões desta campanha, que se quer o mais ampla e pujante possível. Eis o texto que serve de base à adesão das organizações.

1. Foi anunciada a realização, em Portugal, em Novembro deste ano, de uma cimeira de chefes de Estado e de Governo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Da agenda faz parte, além da intensificação da guerra no Afeganistão e no Paquistão, a revisão do conceito estratégico da Aliança no sentido de alargar o seu campo de actuação.

2. A NATO é uma aliança militar agressiva. Formada por 28 países da Europa e da América do Norte, constitui uma extensão do poder militar dos EUA e actua em função dos seus interesses. A sua formação, em 1949, pouco após o fim da Segunda Guerra Mundial e seis anos antes do Pacto de Varsóvia, marcou o início da Guerra Fria e a submissão dos países da Europa Ocidental aos interesses estratégicos norteamericanos.

3. A NATO mantém o mundo refém da corrida aos armamentos, da ameaça de guerra e do terror nuclear. A sua doutrina foi primeiro afirmada como «defensiva». Depois de 1991, extintos o Bloco de Leste e o Pacto de Varsóvia, justificou a sua continuação e reforço com o pretexto de assegurar a «segurança global». Tornou-se abertamente uma organização ofensiva, apostada em esmagar os direitos dos povos, violar as soberanias nacionais, subverter o direito internacional e sobrepor-se à Organização das Nações Unidas.

4. Na última década do século XX, a NATO evoluiu para uma super-estrutura de âmbito planetário. Consagrou na sua carta a ambição de polícia do mundo em nome do «combate ao terrorismo» e do

«intervencionismo humanitário».

Quando os povos ansiavam pela sua extinção, a NATO inventou novos alvos, aumentou o número de países membros e os efectivos, abeirou-se das fronteiras da Rússia e da China. A sua presença no planeta ampliou-se através de uma rede de bases militares, de novos comandos e de parcerias que se estendem ao Atlântico Sul, à África e ao Oceano Índico.

5. As primeiras guerras da NATO foram desencadeadas contra a Jugoslávia, em 1999, contra o Afeganistão, em 2001, e, recentemente, no território do Paquistão. Passando da ameaça aos actos, a NATO tornou-se responsável pela destruição de países e de recursos, e pela liquidação de incontáveis vidas humanas.

6. Na base da designada «cooperação atlântica», a NATO tem fomentado a crescente militarização da Europa. A Alemanha, depois da unificação em 1990, reforçou a sua capacidade ofensiva e passou a participar em intervenções armadas fora das suas fronteiras. Doze países do leste europeu foram integrados na Aliança e armados por ela.

7. A União Europeia tornou-se o pilar europeu da NATO. Com o pretexto de reforçar a sua «capacidade de defesa e segurança», o Tratado de Lisboa veio acentuar o empenhamento dos países europeus nas estruturas políticas e militares da NATO. De concerto com os EUA, a União Europeia tem prestado crescente apoio às acções da Aliança.

8. Países dirigidos por governos submissos aos interesses dos EUA e das potências europeias suas aliadas são compelidos a participar nas acções da NATO, prestando apoio político, propagandístico, diplomático e logístico, ou colaborando em exercícios e agressões militares. São levados a despender largas somas com tropas e



A petição também estava disponível na Internet, mas a grande maioria das assinaturas foram recolhidas em várias acções de rua

Petição entregue com 13 mil assinaturas

Contra a NATO e a Cimeira

Foi entregue no dia 17 de Junho, ao Presidente da Assembleia da República uma petição, promovida pela campanha «Paz Sim! NATO Não!», contra a realização da cimeira da NATO no nosso País e os seus objectivos, que foi subscrita por 13 mil pessoas.

Lançada no dia 12 de Março, numa conferência de imprensa, a petição rapidamente desceu à rua, tornando-se uma realidade viva junto dos portugueses amantes da paz, da solidariedade e da cooperação. A jornada nacional da campanha, no dia 15 de Abril, que constou de dezenas de acções por todo o País, foi a primeira de muitas acções de recolha de assinaturas – que tiveram nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e na manifestação de 29 de Maio, promovida pela CGTP-IN, os seus pontos altos.

Foi este o texto subscrito por cerca de 13 mil portugueses:

«A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) anunciou a realização de uma cimeira em Portugal, onde prevê rever o seu conceito estratégico no sentido de alargar o seu campo de actuação geográfica, como já sucede nos Balcãs, no Afeganistão e no Paquistão e os pretextos de intervenção.

«A realização desta Cimeira em Portugal significa a confirmação do envolvimento do país nos propósitos militaristas deste bloco político-militar, que constituem uma ameaça à paz e à segurança internacional.

«O empenhamento do governo português na NATO colide com princípios fundamentais inscritos na Constituição da República Portuguesa e na Carta das Nações Unidas, de que

Portugal é signatário – soberania, independência, não ingerência, não agressão, resolução pacífica dos conflitos e igualdade entre Estados; abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração; desarmamento, dissolução dos blocos político-militares.

«Preocupados com os objectivos e significado desta cimeira as e os abaixo-assinados expressam a sua oposição à realização da Cimeira da NATO em Portugal e aos seus objectivos belicistas e reclamam das autoridades portuguesas:

- A retirada das forças portuguesas envolvidas em missões militares da NATO;
- O fim das bases militares estrangeiras e das instalações da NATO em território nacional;
- A recusa da militarização da União Europeia, que a transforma no pilar europeu da NATO;
- A efectiva realização de uma política externa portuguesa em consonância com os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Carta das Nações Unidas, incluindo a promoção de iniciativas em prol do desarmamento e da dissolução dos blocos político-militares.»

equipamento, em prejuízo da segurança e das condições de vida dos seus povos. E, do mesmo passo, tornam-se cúmplices da violação do direito internacional.

9. Os governos portugueses não escapam a esta regra. Membro fundador da NATO por obra do regime fascista, Portugal mantém-se há mais de sessenta anos dependente da Aliança e dos interesses dos EUA e das grandes potências europeias. Os compromissos assumidos têm-se traduzido em apoio político e prático às actividades da NATO ao longo da sua existência e, nos anos mais recentes, às agressões cometidas. Incluem a cedência de bases e instalações militares em território nacional e a abertura do espaço aéreo português às missões da Aliança. Tudo sem que a população portuguesa tenha tido oportunidade de se pronunciar.

10. Na linha dos anteriores, o actual governo português – que invoca a crise para efectuar profundos cortes nas despesas sociais – gasta cada vez mais milhões de euros com a adaptação das forças armadas às exigências da NATO e com os contingentes que põe ao serviço das suas aventuras militares.

11. Violações do direito internacional e crimes de guerra são obscurecidos por campanhas de propaganda e de mentiras. A opinião pública é sistemática e deliberadamente confundida com a reprodução dos argumentos mais caros aos interesses das grandes potências, assumidos como se fossem «interesses nacionais».

12. O empenhamento das autoridades portuguesas na Aliança Atlântica colide com os direitos fundamentais contidos na Carta das Nações Unidas (de que Portugal é signatário) e na Constituição da República Portuguesa: soberania, independência, não ingerência, não agressão, resolução pacífica dos conflitos, igualdade entre Estados;

abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração; desarmamento, dissolução dos blocos político-militares.

13. Consideramos, assim, que a cimeira da NATO não é bem-vinda. A sua realização em Portugal significa a confirmação do envolvimento do país nos propósitos militaristas da Aliança, que constituem uma ameaça à paz e à segurança internacional.

Contra isso, lançamos um apelo às mais diversas organizações da sociedade portuguesa e aos cidadãos e cidadãs defensores da paz para que se congreguem numa campanha nacional para:

- expressar a oposição da população portuguesa à realização da cimeira da NATO e aos seus objectivos belicistas;
- exigir ao governo a retirada das forças portuguesas envolvidas em missões militares da NATO;
- reclamar o fim das bases militares estrangeiras e das instalações da NATO em território nacional;
- exigir a dissolução da NATO;
- exigir o desarmamento e o fim das armas nucleares e de destruição maciça;
- exigir às autoridades portuguesas o cumprimento das determinações da Carta das Nações Unidas e da Constituição da República



A campanha esteve nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio

Secretário-geral da NATO esteve em Portugal

Travar o passo à guerra

No dia 2 de Julho, durante a visita do secretário-geral da NATO a Portugal, a Campanha «Paz Sim! NATO Não!» realizou duas iniciativas que expressaram o repúdio pela presença do representante da aliança no nosso País – e, evidentemente, das suas razões e objectivos.

No âmbito da preparação da cimeira da NATO que terá lugar em Portugal em Novembro deste ano, o Secretário-geral daquela organização esteve em Lisboa no dia 2 de Julho, tendo sido recebido na Assembleia da República. À sua espera estava um grupo de activistas da Campanha «Paz Sim! NATO Não!» que empunhavam uma faixa lembrando Anders Fögh Rasmussen que a NATO não é bem-vinda a Portugal.

No mesmo dia, em plena praça dos Restauradores, em Lisboa, foram pintados dois murais, junto aos quais estavam instaladas 61 cruzes negras – tantas quantos os anos da NATO, marcados por guerras, massacres, ocupações e golpes. De um dos lados da parede, pombas de várias cores, realçadas por um fundo azul, destacavam os objectivos da campanha «Paz Sim! NATO Não!». Do outro lado, apelava-se à presença na

manifestação de 20 de Novembro.

Preocupações e alertas

A propósito da visita do secretário-geral da NATO, a Campanha emitiu um comunicado no qual reafirmava as suas preocupações e alertas «quanto aos reais perigos e ameaças que representa para os povos o reforço da NATO como instrumento de ingerência e de agressão ao nível mundial».

Com a Cimeira de Lisboa, e face à crescente crise com que estão confrontados, os EUA «pretendem arrancar o compromisso dos seus aliados para uma escalada de conflito que tem como ambição procurar assegurar a exploração dos recursos, o controlo dos mercados e o domínio político, de que avidamente necessita para sobreviver, através da ameaça e uso da força mili-

tar». Significativo é o facto de o orçamento militar dos EUA ser o maior de sempre da sua história e equivalente ao de todos os restantes países juntos. Os orçamentos militares dos países da NATO, somados, representam mais de dois terços do total de despesas militares do mundo.

Nesse comunicado denuncia-se ainda a postura do Governo portu-

guês que, «participando nas negociações ao nível da NATO, esconde ao povo português as posições que tem defendido e não promove um amplo, sério e plural debate nacional quanto às gravosas consequências de atrelar Portugal a esta nova escalada militarista e de guerra, aliás, em flagrante contradição com o consagrado na Constituição da República Portuguesa».



Junto à Assembleia da República, activistas da campanha mostraram ao Secretário-geral da NATO que não era bem-vindo no nosso país

Novas ameaças à espreita

Prevista está a reformulação, na cimeira de Lisboa, do conceito estratégico da NATO. O que já se conhece do seu conteúdo – nomeadamente através de declarações de vários responsáveis e do relatório do grupo de peritos, significativamente presidido por Madeleine Albright (Secretária de Estado de Clinton durante a agressão ilegal da NATO à Jugoslávia em 1999) – suscita as maiores preocupações quanto aos reais perigos e ameaças que representa para os povos o salto qualitativo que se pretende dar na cimeira da NATO em Portugal.

Nesse documento, sugere-se que a NATO «normalize» e fomenta a sua acção agressiva e interventiva sob a desculpa de um qualquer pretexto, promova o aumento

dos orçamentos militares (nomeadamente dos seus membros na Europa), a corrida aos armamentos, a instalação de bases militares e a presença de tropas fora das fronteiras dos respectivos países. Prevista está também a transformação das forças armadas nacionais em forças mercenárias expedicionárias ao serviço da NATO – isto é, dos interesses e ambições de domínio dos EUA e das grandes potências da UE –, a ingerência, a militarização das relações internacionais e a guerra.

A prioridade passa a ser a acção fora das fronteiras dos seus países membro – ou seja, dentro das fronteiras de outros estados. Assim, a acção da NATO projectar-se-ia, a irem por diante estes intentos, em todas as regiões

do mundo (Europa, Mediterrâneo, África, Médio Oriente, Ásia Central e Ásia), ficando obviamente de fora a América do Norte e deixando a América Latina entregue aos EUA. No dito relatório, reafirma-se ainda a instrumentalização do direito internacional, quando possível, para «legitimar» a acção ilegal da NATO. Quando tal não for possível, prevê-se o seu total desrespeito. Ao mesmo tempo, enumera-se já todos os focos de tensão e ameaças definidas pelos EUA, nomeadamente o Irão, avançando-se que poderá «justificar-se» a agressão da NATO a este país.

A União Europeia surge no texto em termos claros: trata-se do pilar europeu da NATO e seu parceiro central e estratégico, sublinhando-se o conteúdo e significado do Tratado de Lisboa para este objectivo militarista. Já a manutenção e utilização de armas nucleares mantêm-se na doutrina estratégica da NATO, defendendo-se a instalação deste tipo de armas, fundamentalmente dos EUA, no território de outros países membros da NATO. Também a instalação de novos sistemas ofensivos de míssil é para continuar.

Ao mesmo tempo que Portugal se prepara para receber uma cimeira da NATO cresce a parte do orçamento nacional para agressões militares a outros povos. Enquanto que se pede sacrifícios aos que vivem do seu trabalho, aos reformados, aos mais pobres e desprotegidos, para a chantagem, a ingerência e a guerra não falta o dinheiro.

Em Avis, com mais de 250 participantes Acampamento pela Paz

Duas centenas e meia de jovens, vindos de todo o País, participaram no acampamento pela Paz, realizado em Avis entre 23 e 25 de Julho. Inserido na Campanha «Paz Sim! NATO Não!», o acampamento foi promovido pelo Comité Nacional Preparatório do 17.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que terá lugar em Dezembro deste ano na África do Sul, sob o lema *Derrotamos o Imperialismo, por um Mundo de Paz, Solidariedade e Transformação Social*.

No acampamento, realizou-se um debate em



torno das questões da NATO que (apesar dos 40 graus que se faziam sentir) contou com a presença de mais de cem jovens. Nas intervenções realizadas, e nas perguntas, respostas e comentários, ficou mais clara a natureza agressiva da

aliança atlântica e os sinistros objectivos que presidem à cimeira de Novembro. No final, todos ficaram mais despertados para a necessidade de combater a NATO e de continuar a pugnar por um mundo de igualdade, justiça e paz.



A pintura de um mural nos Restauradores, em Lisboa, assinalou o repúdio pela estratégia agressiva da NATO e afirmou a vontade de construir um mundo de paz. Retirado do local pela autarquia, o mural foi recolocado junto ao Campo Pequeno. Num dos lados, dá-se relevo à campanha, enquanto no verso se apela à participação na manifestação de 20 de Novembro, em Lisboa.